



Exmo. Senhor  
Deputado António Maló de Abreu  
Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde  
Palácio de São Bento

Palácio de São Bento, 07 de dezembro de 2023

**Assunto:** Pedido **potestativo** de **audição urgente** na Comissão de Saúde da Senhora ex-Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido; do Senhor ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales; do ex-Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Francisco André; da Senhora ex-Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Dra. Berta Nunes; do Senhor ex-Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Dr. Daniel Ferro; da Senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Prof. Doutora Ana Paula Martins; e do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Manuel Pizarro.

1

Senhor Presidente,

Segundo notícias vindas a público num conjunto de reportagens televisivas da TVI, o Hospital de Santa Maria está envolvido num alegado favorecimento de duas bebés gémeas, que sofrem de Atrofia Muscular Espinhal, no acesso ao tratamento com o medicamento Zolgensma.

O caso terá tido início ainda em 2019 e o custo deste medicamento era de cerca de 2 milhões de euros por criança. Neste caso, sendo duas gémeas, o tratamento – que terá ocorrido em 2020 - custou cerca de 4 milhões de euros ao Estado português.



De acordo com a primeira reportagem televisiva a este respeito, o acesso destas duas bebés à consulta no Hospital de Santa Maria e, em consequência, ao tratamento terá alegadamente ocorrido por influência do Senhor Presidente da República que, prontamente, desmentiu categoricamente qualquer interferência no processo.

Posteriormente, segundo outra das reportagens televisivas, *“O Ministério da Saúde deu ordens para marcar a primeira consulta das gémeas luso-brasileiras tratadas no Hospital de Santa Maria (...) O Exclusivo teve acesso a vários registos clínicos que comprovam isso mesmo, apesar de a então Ministra da Saúde, Marta Temido, e do Secretário de Estado da altura, António Sales, recusarem qualquer influência”*.

Mas, segundo a reportagem, *“(...) os médicos não queriam receber as gémeas numa consulta. Se as vissem, era certo que teriam de lhes dar o medicamento mais caro do mundo. (...) abririam uma Caixa de Pandora de consequências imprevisíveis para os cofres do Estado (...)”*. A este propósito, em entrevista, o Coordenador da Unidade de Neuropediatria do Hospital de Santa Maria, Prof. António Levy Gomes, afirmou que os médicos terão tentado denunciar este caso por poder configurar *“(...) um abuso do Serviço Nacional de Saúde (...)”*. No entanto, ainda assim, segundo é relatado, *“(...) a 5 de dezembro de 2019, por ordens superiores, a consulta foi realizada mesmo sem as gémeas presentes. Estavam internadas no Brasil. No Santa Maria estiveram o Pai e os tios”* o que, para o Prof. Levy Gomes, *“não é normal”*.

Ora, de acordo com os documentos divulgados na reportagem, a primeira consulta terá sido *“solicitada pelo Secretário de Estado à Prof. Ana Isabel Lopes”*, Diretora do Departamento de Pediatria do Hospital de Santa Maria. E a referência à interferência do então Secretário de Estado surgirá, ainda, noutros dois documentos: *“numa informação clínica e também na justificação do medicamento ao INFARMED”*.

Tanto o ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales, como a ex-Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido, terão negado interferências neste processo tendo, alegadamente, a ex-Ministra da Saúde afirmado *“(...) ter ouvido falar do caso, mas garantiu que nem sequer soube se as gémeas tinham sido tratadas em Portugal”*.

Só que, segundo a reportagem, “no Santa Maria há outra versão dos factos” e o Prof. Levy Gomes afirma que, “depois, todo o processo decorre através de um tal Secretário de Estado que comunica diretamente com a Diretora do meu Departamento para se arranjar uma consulta e isso está no processo e sabe-se e isso está em todo o lado agora escrito (...) E a Ministra sabia, não é? Porque tinha de saber. 4 milhões de euros. Marta Temido, pelo seu Secretário de Estado, quer dizer, se ela não soubesse era má Ministra. (...) Sabe, porque a secretária dela falou para o meu Serviço a saber coisas. Portanto, ela sabe de certeza. (...) Eu tenho a certeza disso, só se a secretária dela também fazia coisas à revelia dela (...)”.

Mais, alegadamente, o então Diretor Clínico, Dr. Luís Pinheiro, terá sido “excessivamente ativo” neste caso e terá dito ao Prof. Levy Gomes que não queria “(...) que este assunto fosse ventilado. No fundo, que não houvesse difusão desta informação. Que não fosse sabido nos corredores (...)”. Questionado se é possível que este assunto não tivesse chegado ao então Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria, respondeu que “É. É possível, é. Não sei.”

Também questionada na reportagem sobre interferências superiores no acesso a este tratamento, a atual Presidente do Conselho de Administração, Prof. Doutora Ana Paula Martins, afirmou que “eu sei que se fala nisso, (...) mas eu sobre isso não tenho a mínima, das mínimas evidências?”.

No entanto, numa notícia transmitida ontem na sequência destas reportagens afirma-se que, alegadamente, o Estado já gastou mais 34.000 euros com as gémeas, para além dos 4 milhões de euros do tratamento:

- cerca de 26.000 euros em duas cadeiras de rodas elétricas topo de gama, que o Hospital de Santa Maria esperará há quase três meses para entregar aos pais e às crianças, que já não se encontrarão em Portugal. Segundo o noticiado, a “*compra das duas cadeiras com propulsor elétrico aconteceu a 1 de setembro de 2023, depois de um concurso público promovido pelo centro hospitalar de propósito para responder às necessidades prescritas às gémeas pelos médicos*”;
- e cerca de 7.000 euros que o hospital também terá gastado, mas na notícia não se explica em quê.



Ora, levanta-se-nos de imediato uma questão: se a compra das duas cadeiras de rodas ocorreu em Setembro de 2023, portanto, há cerca de 2 meses e mediante um concurso público, como é que o atual Conselho de Administração – que tomou posse no dia 1 de Fevereiro de 2023 - nada sabe sobre todo este processo?

Senhor Presidente,

Já foi tornado público que o atual Conselho de Administração do CHULN deu início a uma auditoria interna “*para aferir sobre os procedimentos que foram realizados antes e durante o tratamento*” das gémeas e, também, que já estará a decorrer uma ação da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde.

A Iniciativa Liberal aguarda serenamente o decurso de ambas as investigações que, espera, decorram com toda a seriedade e com a maior brevidade.

No entanto, não podemos separar deste caso a questão política que lhe está inerente – alegada interferência política superior para que estas crianças tivessem acesso ao tratamento.

4

A este propósito, o Senhor Presidente da República fez, no dia 04 de dezembro, uma declaração pública no Palácio de Belém, na qual comunicou que enviou à Procuradoria-Geral da República a informação de que dispunha relativamente a este caso e que, sucintamente, enunciamos:

- no dia 21 de Outubro de 2019, o seu filho, Dr. Nuno Rebelo de Sousa, ter-lhe-á enviado um email sobre as gémeas, cujo caso o Senhor Presidente terá encaminhado ao Chefe da Casa Civil;
- no dia 23 de Outubro de 2019, o Dr. Nuno Rebelo de Sousa terá sido informado que o caso não deveria ter seguimento e, nesse sentido, terá insistido junto da Casa Civil;
- no dia 26 de Outubro de 2019, tomou posse o XXII Governo Constitucional;
- no dia 30 de Outubro de 2019, o Senhor Presidente da República foi submetido a um cateterismo cardíaco;



- no dia 31 de Outubro de 2019, o Chefe da Casa Civil terá enviado o caso das gémeas para o Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro e para a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

“Termina aqui a intervenção da Presidência”, assegurou ontem o Senhor Presidente da República.

Ora, face a esta declaração do Senhor Presidente, mais relevante se torna perceber de onde terão partido as alegadas influências políticas para um alegado favorecimento destas crianças no acesso ao tratamento.

É determinante, em nosso entender, que a Comissão de Saúde seja esclarecida se será, de facto, possível que o acesso a tratamentos no Serviço Nacional de Saúde possa efetivamente ser condicionado por interferências políticas superiores em detrimento das avaliações clínicas, e com desconhecimento das Administrações Hospitalares.

Porque, a confirmarem-se as suspeitas que são levantadas nestas reportagens acerca da então Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido, e do então Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales, a Iniciativa Liberal considera que podemos estar perante um - mais um - gravíssimo caso de abuso de poder do Governo socialista sobre as instituições.

5

Acresce que importa esclarecer de que forma os Centros Hospitalares adquirem mediante concurso público ajudas técnicas de avultados valores, sem que o respetivo Conselho de Administração tenha conhecimento do processo que envolve essa aquisição.

Neste sentido, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer **potestativamente** a V. Exa. que providencie uma audição na Comissão de Saúde, **com carácter de urgência**, da Senhora ex-Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido; do Senhor ex-Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Sales; do ex-Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Francisco André; da Senhora ex-Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Dra. Berta Nunes; do Senhor ex-Presidente do



Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Dr. Daniel Ferro; da Senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte EPE, Prof. Doutora Ana Paula Martins; e do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Manuel Pizarro.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Joana Cordeiro

Carla Castro

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha